

Capítulo 4 – Os filhos da migração transnacional

Amanda Fernandes Guerreiro, Alexandra C. Gomes Almeida, Igor José de Renó Machado

Este capítulo busca entender quais são os efeitos e desdobramentos da experiência migratória na vida das crianças, filhos e filhas dos emigrantes, que organizam a vida numa nova configuração com a ida de seus pais⁴⁰ para o exterior. Trataremos de questões sobre como são educadas, como vivenciam a experiência precoce da separação por longos períodos, como lidam com as expectativas de também emigrar, como imaginam sua própria família e o que desejam como projeto familiar próprio.

Este capítulo procura refletir sobre as consequências dos movimentos migratórios internacionais brasileiros para as crianças que ficam do lado de cá da viagem. Em nossas pesquisas identificamos muitas situações em que ou o pai, ou a mãe, ou ambos, partem para a aventura migratória, deixando seus filhos sob cuidados de parentes, amigos ou até sob cuidados de pessoas contratadas para isso. Do ponto de

40 É importante salientar que muitas configurações familiares podem se desenvolver nesse contexto: a ida somente do pai, a ida somente da mãe ou, ainda, a ida de ambos.

vista dos que ficam, como são vistos os arranjos para a criação dos filhos dos migrantes, como se configura esse processo? Que reflexões produzem sobre a educação e desenvolvimento dessas crianças? Como os pais que deixam seus filhos sob os cuidados de terceiros são encarados nessa situação? Quais os custos emocionais envolvidos nesses processos?

A pesquisa foi realizada em Governador Valadares em vários momentos: os entrevistados são, em geral, moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, em terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verossimilhança para os sujeitos que a contam.

Em um dos períodos de pesquisa (entre 2008 e 2010), preocupamo-nos especificamente com a questão das crianças, tendo sido realizadas entrevistas diretamente com crianças de uma escola pública de ensino básico em bairro de grande tradição migratória. A discussão sobre as consequências da migração para a vida das crianças será exposta aqui em duas partes: a primeira refere-se à perspectiva dos adultos sobre o fato, e a segunda refere-se à perspectiva das próprias crianças. Como o volume de informação que obtivemos dos adultos foi maior, o “ponto de vista dos adultos” sobre o processo terá mais espaço, mas ainda assim é possível ponderar os distintos pontos de vista.

Durante a realização do trabalho de campo, deparamo-nos com grande dificuldade em conversar com crianças, filhas e filhos de emigrantes, sobretudo por ser período de férias e a maioria estar viajando ou “para a rua” – como diziam as mães, avós, tias entrevistadas quando perguntávamos se havia a possibilidade de conversar com seus filhos. Diante dessa dificuldade, buscamos ao longo do período posterior ao campo entrar em contato com bibliografias que se referiam às pesquisas que envolvem crianças para, numa outra ida a Valadares, tentar uma inserção diferente.

As tentativas de aproximação às crianças mostraram-se, na maioria das vezes, vãs, tanto a via “oficial”, burocrática, configurada pelas visitas à Secretaria da Educação para conseguir autorização para entrar nas escolas municipais, quanto a via “informal”, visitando os bairros com grandes números de emigrantes ou contatando pessoas conhecidas dos campos anteriores. Mesmo que a dificuldade de estabelecer relações intersubjetivas com as crianças e de acessar o que elas pensam de suas vidas tenha permanecido no terceiro trabalho de campo, nesta última ocasião, a oportunidade de hospedagem na casa de uma família valadarense facilitou o trabalho.

CRIANÇAS E A TEORIA

É a partir da busca pela casa própria, da *Casa* enquanto unidade central das relações familiares, que as famílias de Governador Valadares se aventuram na experiência

migratória e passam a ter um modo de vida “transnacional”. As chamadas famílias transnacionais compreendem um *modus vivendi* cada vez mais comum nas sociedades contemporâneas. Machado, Silva e Kebbe (2008, p. 88), recorrendo aos estudos de Bryceson e Vuorella, afirmam que “a família transnacional entendida enquanto um constructo social e não um produto da Natureza [...] permite os mais variados arranjos para pensar a sua própria identidade social e seu sentimento de pertencimento a uma comunidade”.

É sob esse pano de fundo que se descortina a realidade dos filhos da migração transnacional e de suas famílias. Claudia Fonseca, em *Caminhos da Adoção*, lançado em 1995, critica, ao comentar as diferentes práticas de circulação de crianças entre as famílias de baixa renda em Porto Alegre-RS, o Estado brasileiro – moderno e democrático –, que toma como ideal uniforme e universal o modelo familiar conjugal, a família nuclear burguesa. Segundo a autora, quando o Estado institui esse padrão ideal, transfere às famílias constituídas diversamente a imagem de desestrutura, de desorganização (FONSECA, 1995). Assim, empreendendo uma análise que chama de “positiva” das inúmeras formas de organização familiar observadas nas chamadas classes populares, afirma:

“As análises antropológicas deste século desfizeram a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. Segundo essas análises, é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis.”

O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem” (FONSECA, 1995, p. 21).

Nesse mesmo trabalho, Fonseca (1995, p. 25) afirma que a criança “é objeto não de teorização, mas sim de convivência” e, seguindo os pressupostos de Phillipe Ariès, salienta: “insistimos que a noção de ‘infância’, enquanto construção social, só pode ser plenamente compreendida quando situada dentro de um contexto concreto” (FONSECA, 1995, p. 27). Nesse sentido, o mundo das crianças não está dissociado do mundo dos adultos, e as vidas destes estão inextricavelmente ligadas.

Desse modo, pretendemos conjugar as discussões no campo da Antropologia da Criança – a questão da adição das crianças nas análises antropológicas tratando-as como seres verdadeiramente sociais, como os adultos – e as discussões sobre as reestruturações familiares que acontecem no contexto transnacional com as reflexões feitas em campo para, então, apreender as formas pelas quais as crianças valadarenses articulam a reprodução e manutenção de seus laços familiares através do tempo e do espaço.

Os primeiros olhares lançados pela Antropologia às crianças acontecem ainda nas primeiras décadas do século passado, com os estudos de “Cultura e Personalidade” realizados por autores como M. Mead e R. Benedict e outros. Devemos pontuar que estes buscavam responder à pergunta: quando e

como os indivíduos se tornam seres sociais? Essas pesquisas tomavam as crianças como objeto de um “processo de socialização” ou “aculturamento”, que era alheio a sua vontade e subjetividade; nessa perspectiva, as crianças eram, antes de tudo, um adulto em formação. Os estudos de Mead e Benedict remontam às primeiras décadas do século XX e pautam-se no culturalismo norte-americano, que se preocupava, sobretudo, em entender como as pessoas são conformadas, como realidades culturais diversas forjam “personalidades” igualmente múltiplas. É no mesmo sentido do entendimento dos ditos processos de socialização que caminharam alguns estudos estrutural-funcionalistas que levavam em conta a perspectiva da criança. Assim, enquanto no Estrutural-Funcionalismo britânico a criança é inserida em termos do seu processo de socialização, no Culturalismo norte-americano é inserida em relação ao processo de aculturamento. Porém, ambos destacam as crianças em suas análises a partir do resultado último desses processos: a criança em relação, em perspectiva, ao ser social pleno compreendido pelos adultos.

Entretanto, os estudos mais recentes na área da Antropologia da Criança caminham no sentido de questionar essa visão passiva da criança, que a reduz a objeto de uma socialização: para autores como Christina Toren, não se pode discutir esses processos, pois, para ela, as crianças já são seres sociais, desde sempre e, por conseguinte, não passam por quaisquer processos que as socializem. Os autores dos

chamados *New Social Studies of Childhood* caminhavam, na década de 1980, para uma apreensão radicalizada da inclusão das crianças nas análises antropológicas – radicalização esta da qual pretendemos nos distanciar, pois, apesar de levarem em conta as crianças em suas análises às últimas consequências, o fazem sem abdicarem da ideia de socialização em si. Sobre estes, Flávia Pires afirma:

“O principal objetivo destes estudos era estabelecer a compreensão dos fenômenos da infância a partir do social, inaugurando, então, a era do construcionismo social nos estudos infantis. As crianças deixariam de ser vistas como passivas e dependentes do mundo adulto, para serem pensadas como sujeitos plenos, rompendo a relação necessária entre família-socialização-criança a fim de conceber a infância como um objeto de estudos válido em si mesmo. [...] A ideia de socialização, criticada pelos *new social studies*, pressupõe um indivíduo adulto que impõe sua visão de mundo a uma criança. Hoje em dia esta ideia de socialização é considerada ultrapassada. Ao contrário disso, aceita-se que as crianças são agentes da sua própria socialização, paralelamente ao adulto. O problema nesse caso, é que os *new social studies* tenderam a inverter a balança, colocando a criança como sujeito pleno da sua própria socialização. Sem, no entanto, 1) reconhecer o papel do adulto nesse processo e, 2) criticar a própria noção de socialização enquanto aprendizado estático e previsível” (PIRES, 2007, p. 27-29).

Em seu artigo *Making History – The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind*, Toren (1999) aponta para a necessidade de se afastar de pressupostos teóricos que encaram a criança como um “outro”,

dissociada do mundo social que pertence aos adultos. A partir de experiências e exemplos etnográficos, a autora defende a presença das crianças em trabalhos etnográficos, não etnografias sobre crianças, mas trabalhos que as incluam na análise. Segundo ela, as crianças dizem muito sobre a realidade dos adultos, não estão excluídas do mundo social em que vivem, pelo contrário, estão participando ativamente deste, conferindo-lhe significados constantemente. Já na primeira frase do texto afirma: “*children simply become – with perhaps some minor variations – what their elders already are*” (TOREN, 1999, p. 101).

Nesse sentido, para Toren, os estudos dos processos cognitivos das crianças – partindo de um modelo de mente baseado no reconhecimento desta enquanto um “fenômeno incorporado” (“*embodied phenomenon*”) – são essenciais, não somente por permitirem o entendimento do que os adultos fazem, e negá-los seria um prejuízo para a apreensão de aspectos essenciais da vida adulta. Os processos de socialização não têm inícios e fins definidos e, portanto, não devem ser analisados em termos de uma aprendizagem. Tanto a cognição das crianças quanto a dos adultos são fluidas, inconstantes, pois os indivíduos (sejam eles crianças ou adultos) estão a todo o momento reelaborando os significados de sua existência social.

Fica claro, dessa forma, que as principais discussões acerca das crianças na Antropologia se deram, a princípio, a partir da

discussão da agência do indivíduo em sociedade; a proposta da análise dos filhos da migração transnacional também se dá nesse sentido, contudo, parte do pressuposto de que as crianças são tanto “indivíduo em sociedade” quanto os adultos e, por conseguinte, também são agentes. Não dizemos que sua existência e os significados que atribuem à ela se dissociam dos significados atribuídos pelos adultos a uma mesma realidade: pensamos nas crianças enquanto seres sociais que estão em relações constantes com outras crianças, outros adultos e com sua própria sociedade, construindo significações próprias e legítimas.

A PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS

O cuidado com os filhos dos emigrantes é uma fonte constante de preocupações.⁴¹ Vimos no Capítulo 1 as formas usuais de lidar com a distância implicada no projeto migratório. A distância é uma experiência constante: pais e filhos separados, longas ausências. Nesse contexto, a organização da vida dos filhos a distância é uma questão fundamental. Passemos a considerar como as crianças encaram esse processo.

No que se refere ao ponto de vista das crianças, realizamos, ao todo, 11 entrevistas entre garotas/os de 8 a 16 anos

41 Tratamos aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar” (FORTES, 1974) e de emigração de casados, solteiros com filhos ou divorciados com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros, para os quais esta análise que propomos deve ser reavaliada e ponderada.

(7 meninas e 4 meninos). A maioria das crianças *aceita* a distância do pai ou da mãe, pois sabem que os pais só querem oferecer melhores condições de vida, mas, apesar de elas admitirem que podem comprar mais coisas e que a vida delas melhorou, todas prefeririam o retorno imediato dos pais para Valadares. De todas as crianças, apenas duas manifestaram intenção futura de migrar. As outras crianças disseram que sofrem com a saudade, que a situação é muito triste e, desse modo, elas não sentem nenhum interesse em morar no exterior. Elas afirmam que *sabem* o quanto é solitária e difícil a vida de imigrante e desejam que os pais retornem para que todos morem no Brasil. A consciência da importância do lugar e das redes de parentela e amizade é impressionantemente alta entre as crianças com pais emigrados: para elas, nada se compara à terra natal e à presença dos amigos e parentes.

Uma das jovens, Janaína,⁴² 16 anos, tem a mãe há 11 anos nos EUA. A própria Janaína morou um tempo com a mãe, mas quis retornar para o Brasil, por não ter se adaptado, e muitos amigos de escola a criticam por ela não ter querido morar no exterior, mas ela afirma:

Eles falam que nós somos bobas em não aproveitar a oportunidade de morar na América, mas esses amigos têm os pais por perto, em Valadares, eles não sabem o que é ter um pai ou uma mãe longe (Relato de Janaína).

42 Os nomes são todos fictícios.

Todas as crianças acabam morando com avós ou tias, principalmente quando os pais são separados e é a mãe quem emigrou. As crianças não reclamam da criação dos avós ou das tias, mas sentem grande falta da figura materna. E quando é o pai quem emigra, as crianças continuam com a mãe, mas a presença da avó é constante, sempre há algum familiar mais próximo que ajuda a família. Durante as entrevistas notamos como essas crianças são mais maduras, principalmente em relação à consciência da falta que faz em suas vidas os pais por perto. E também porque algumas delas têm responsabilidades na criação de irmãos ainda mais novos, antecipando um processo de amadurecimento. Todas as garotas comentaram que ajudam a criar os irmãos e irmãs mais novos enquanto a mãe está ausente, e a responsabilidade delas com a casa e com a família é maior.

Na escola onde realizamos as entrevistas, a escola pública *Arabela de Almeida Costa*, que fica no bairro Vila Mariana, entrevistamos algumas professoras e notamos uma visão muito pessimista sobre o efeito da migração nas “crianças que ficam” (falaremos mais sobre isso na próxima parte). Uma delas, Teresa, falou da dificuldade da escola em tratar a questão das crianças que sofrem com a ausência dos pais emigrados, pois a maioria dos alunos/as possui os pais ou um deles no exterior, e essas crianças têm o comportamento mudado drasticamente. Segundo a professora, os meninos ficam agressivos e as meninas tornam-se reservadas e

introvertidas, além de essas crianças apresentarem uma queda de rendimento no aprendizado. Com o passar do tempo e a distância da presença materna e paterna, as crianças e adolescentes perdem os limites, no sentido de que elas não respeitam e não reconhecem nenhum tipo de autoridade e, geralmente, causam conflitos e confusões na escola. Esse é um discurso recorrente, que causa uma espécie de discriminação moral *a priori* das famílias migrantes: o processo é visto como uma espécie de abandono da família, com potencial para desandar a educação das crianças.

E a continuidade do processo das famílias transnacionais implica em mais ameaças: como a relação com os membros de uma família separados pela migração é mediada pela circulação de presentes e dinheiro, segundo as professoras numa tentativa de diminuir e recompensar a saudade e distância da relação familiar, o resultado é que as crianças ficam “mal-acostumadas”, já que possuem tudo aquilo que desejam. Assim, não aceitam nem toleram que alguma professora ou supervisora da escola tente impor limites que se ajustem às normas da escola. Ou seja, o padrão de estruturação da família, na visão das professoras, impossibilita a percepção de autoridade por parte das crianças, sempre desobedientes.

Selma comentou sobre um garoto que lidava muito bem com a ausência da mãe que trabalhava nos EUA, porém aceitava tal condição porque a mãe enviava muito dinheiro para a criação dele, ou seja, ela mantinha um alto padrão de vida para

o menino. Mas, quando a mãe voltou dos EUA para Governador Valadares e a renda familiar diminuiu, o garoto deixou de ganhar tudo o que desejava. Por conta disso, começou a ter atitudes agressivas com a situação econômica da família e deixou de respeitar a mãe. Selma acredita que o garoto nunca teve nenhuma autoridade de adulto sobre a educação dele, e, mesmo com o retorno da mãe, ela já havia perdido sua autoridade devido aos anos de distância da criação do filho.

Isso seria agravado pelo fato de os avós que criam os netos durante a ausência dos pais não conseguirem impor uma educação com limites. Segundo Teresa, quando ela tenta conversar com o responsável pela criança, sempre é a avó, ou seja, senhoras em média de 70 anos de idade que não demonstram “disposição” para criar crianças na fase de desenvolvimento. E quando a criança é criada por tios ou tias, segundo a professora, eles não se preocupam em educar com valores morais familiares, acham que oferecer uma casa e garantir a alimentação da criança já é o suficiente. Desse modo, as crianças de pais emigrados, segundo esse ponto de vista, crescem com pouco suporte da base familiar, ou seja, sem regras, limites e “carinho” materno e paterno, questões que Teresa julga de extrema importância no desenvolvimento de uma criança e adolescente.

Porém, conversando com as crianças, percebemos um ponto de vista diferente. Notamos que as crianças entendem a ausência dos pais emigrados, pois mesmo com a saudade

elas sabem que o retorno financeiro está sendo benéfico para a família. Algumas das crianças disseram estar “gostando” do pai ou da mãe no exterior, porque elas estão ganhando mais presentes e a situação financeira da família está melhorando. Porém, quando questionados se elas preferiam os pais aqui no Brasil, mas com um pouco de dificuldade financeira, ou os pais longe, mas oferecendo uma vida melhor para a família, *todas* as crianças preferem os pais próximos delas, e, além disso, a maioria não tem vontade de morar no exterior com os pais, preferem que os pais voltem e que a família permaneça no Brasil. E, mesmo os pais oferecendo a opção de toda a família se mudar para o exterior, as crianças preferem continuar no Brasil, porque os pais comentam o quanto é complicado viver no exterior, elas têm consciência de que os pais apenas ficarão trabalhando, não terão tempo para passar com os filhos. E também sabem que os imigrantes sofrem preconceitos por serem imigrantes.

O caso de Fábio é interessante para contrapormos um ponto de vista juvenil ao dos adultos. Fábio mora com a família na Itália e está passando as férias na casa da tia (uma das professoras da escola) em Governador Valadares. Com a vivência na Europa, perguntamos se Fábio deseja trabalhar no exterior quando for adulto, como os seus pais, e o garoto respondeu preferir o Brasil, mesmo sabendo que há melhores oportunidades de crescimento financeiro no exterior. Bem, Fábio tem apenas *nove* anos e mora na Itália há seis anos, com

os pais e boa parte da família, com exceção da avó e da tia. Ele contou que seu pai foi o primeiro a ir para a Itália, e, após algum tempo, ele e a mãe foram ao encontro do pai. Hoje, os pais trabalham porque buscam melhorar as condições da família quando retornarem ao Brasil e estão terminando de construir a casa. Fábio prefere morar no Brasil porque na Itália ele não tem tantas opções de diversão como aqui, mas reconhece que, para trabalhar e estudar, lá é melhor.

Fábio demonstrou maturidade e extrema compreensão da situação de imigração de seus pais, pois ele consegue reconhecer a superioridade econômica da Itália em relação ao Brasil, tanto que a maior parte dos seus familiares (tios, tias, primos) trabalha lá e está conseguindo construir casas e adquirir bens, ou seja, conquistando estabilidade financeira em investimentos no Brasil. Fábio disse que os aspectos positivos da imigração são vinculados ao retorno financeiro e à possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Como exemplo, ele falou da situação escolar e das diferenças que percebeu em relação à escola brasileira, pois na Itália as escolas possuem melhor infraestrutura, como laboratórios, computadores, salas e melhor preparação dos professores. Ele nunca sentiu discriminação por parte dos seus colegas italianos, mas acredita que isso ocorra porque ele fala italiano e, desde pequeno, sempre estudou com os mesmos colegas italianos, ou seja, Fábio já está familiarizado com os costumes de lá. Porém, o garoto continua a afirmar que, quando for adulto, deseja

retornar ao Brasil e continuar a sua vida aqui; ele não quer trabalhar como imigrante, pois sabe das dificuldades.

Após a entrevista de Fábio, ficou claro que há diferenças entre as formas de apreensão que as crianças têm do processo da migração: aquela que já passou pela experiência de emigrar ou sabe melhor dos motivos da emigração do pai, mãe ou outro parente próximo tem mais maturidade que as outras crianças que não conhecem exatamente o que acontece com os pais e apenas conhecem a materialização da migração nos presentes e na circulação de remessas. Isso porque as crianças envolvidas com a emigração não desejam passar pela mesma situação que elas já viveram ou sabem que os pais enfrentam, apesar de toda coerção social ao afirmar os benefícios da emigração no aspecto financeiro.

Outros casos demonstram a complexidade das relações de parentesco, quando casamentos e separações anteriores e posteriores à migração tendem a acentuar aspectos dramáticos do processo. Entrevistamos Melissa e Mariano, ela com 11 anos e ele com 12. Melissa tem o pai trabalhando nos EUA há quatro anos e sabe que o motivo para o pai migrar foram as dívidas no Brasil. Atualmente o pai de Melissa trabalha numa pizzaria, mas após dois anos de ausência a mãe pediu divórcio. O resultado é que a mãe de Melissa evita conversar sobre o pai biológico com a filha. Mas Melissa sempre conversa com o pai pelo telefone e internet, pois durante as noites ela fica *na casa da avó paterna*, uma vez que o emprego da mãe

é noturno. Ou seja, vemos aqui que as relações familiares adquirem contornos mais complexos, e o percurso das crianças depende muito do empenho dos parentes emigrados, e da capacidade que têm de articular com parentes que permaneceram na cidade a aproximação com os filhos. A relação, para continuar a existir, tem que ser mediada por alguém, em geral a avó.

A mãe de Melissa já tem filhos com outro homem e não costuma falar para Melissa ou para o irmão mais velho sobre o pai biológico deles. Então, o maior contato dela com o pai é através da avó paterna. A menina afirmou que gostaria que o pai voltasse para o Brasil, já que jamais aceitaria ir morar com ele no exterior, pois não quer se separar da mãe e dos outros irmãos. Ao mesmo tempo, Melissa afirma que o ponto positivo de o pai estar trabalhando nos EUA é poder oferecer mais coisas aos filhos, como presentes, roupas, lazeres que antes a família não tinha condições de realizar.

Mariano, garoto de doze anos, contou-nos que sua mãe emigrou para Portugal há um ano. Logo que a mãe emigrou, Mariano e o irmão menor foram morar com a avó materna, mas ele e o irmão não queriam mudar de escola – a escola Arabela –, então deixaram a casa da avó para ficar na casa da tia, mas o motivo foi somente a escola, pois a avó continua ajudando na criação deles. Eles não têm problemas em morar com a tia, mas gostariam de estar ao lado da mãe. O menino disse que sua mãe liga com frequência para eles porque

procura aconselhar os filhos a terem bom comportamento na escola, a evitarem ficar somente na rua, serem educados com a avó e a tia. A mãe também pede para Mariano ajudar na criação do irmão caçula, ou seja, a mãe mantém constante relação com os filhos. Além do mais, Mariano comentou sobre as ordens da mãe que, mesmo estando distante, é mais severa do que a tia e a avó. O menino também acha bom o fato de a mãe estar trabalhando no exterior, porque ela passou a ganhar mais no trabalho, e isso faz com que a mãe dê mais presentes e envie dinheiro para ele e o seu irmão.

Aqui vemos que, do ponto de vista das crianças, a ausência da mãe não significa necessariamente uma ausência de autoridade, nem que o lugar da autoridade “máxima” seja questionado. Aqui é a mãe quem cobra mais o menino, que quer saber sobre o rendimento escolar, etc. Por outro lado, ele também nos falou que a sua mãe está casada com um português e que ele gosta do seu padrasto, porque ele é “delegado e gosta de ficar conversando”. Além disso, a mãe e o marido luso estão planejando levar ele, o irmão e a avó para todos morarem em Portugal, inclusive a mãe já fez o passaporte dos filhos. A mãe de Mariano separou-se antes da migração, e o ex-marido nunca manteve contato com os filhos. No caso, a migração pode significar a *adição* de uma figura paterna e não a subtração. Aqui temos um caso em que o futuro da organização familiar parece estar em Portugal, com a eminência de um reagrupamento familiar.

A FAMÍLIA TRANSNACIONAL VALADARENSE

É olhando para a realidade valadarense com as lentes do “novo parentesco” que a existência transnacional das famílias naquela sociedade se torna evidente desde as primeiras conversas, ainda em janeiro de 2008; a reconfiguração das relações familiares inseridas no fenômeno da emigração permeia os discursos e compreende, sobretudo, estratégias para a manutenção dos laços com os parentes que se ausentam por longos períodos. A reestruturação familiar é o aspecto mais aparente da realidade dos filhos da migração transnacional, e, como veremos, esta se fundamenta na associação laços de sangue/fluxos de dinheiro e não configura uma mudança definitiva que se sobrepõe à realidade anterior dessas crianças (quando viviam com os pais); são poucos os casos em que as relações dos filhos com seus pais emigrantes cessam por completo e aqueles passam a viver em famílias outras que não suas próprias.

“H.: nasceu nos EUA e veio com a mãe para o Brasil enquanto seu pai (que voltou para o Brasil há menos de um ano) ficou lá trabalhando. Enquanto o pai estava fora, morava com a mãe na casa da tia; agora mora com sua família nuclear. Ele me diz que sente saudades de morar com a tia e que, durante a ausência do pai, conversava com este pelo telefone e, às vezes, pela internet. Também me disse que o pai mandava muitos presentes, principalmente no natal. Quando ele me disse que nasceu nos EUA, foi logo dizendo que até sabia falar inglês, mas esqueceu. H. é um menino muito ativo, falante, uma “figura”, quando me ouviu falar, foi logo perguntando de onde eu vinha porque eu falava diferente, quando eu

respondi que vinha de São Paulo, um outro estado, ele olhou bem para mim e disse: “Já sei! Se você é de outro estado, você é dos Estados Unidos!

[...]

N.: nasceu nos EUA. Só de olhar para a menina, pode-se notar que é filha de emigrantes: estava toda arrumadinha, com uma roupa bonita, vistosa, cheia de bordadinhos, um tênis bacana, etc. Seu pai e sua mãe estão nos EUA, ela morou lá até esse ano, quando sua mãe a trouxe de volta para Valadares juntamente com sua irmã mais velha; as duas moram com os avós desde então. Ela me disse que gosta de morar com a avó, mas que, às vezes, elas brigam. Disse também que fala diariamente com os pais por telefone e pela internet. N. é a mais empolgada dos três ao responder sobre os presentes que os pais mandam: fala-me das caixas, dos tamanhos das caixas, da quantidade de coisas que chegam dos EUA para ela e a irmã. Ela me diz que a mãe voltará no dia de natal com o pai; disse que os pais compraram uma casa e que a família morará junta. Quando pergunto se preferia que os pais estivessem aqui me responde categoricamente: “preferia ir morar com todo mundo [pai, mãe e irmã] nos Estados Unidos, mas sem a minha avó. Só a gente. E nos Estados Unidos porque lá é mais legal que aqui”. Ela então descreve o quão grande era sua casa lá, quão bonitas eram as praias da Flórida e enche a boca ao falar que nasceu nos EUA e que falava inglês na escola.

[...]

D.: completará 10 anos na próxima semana, e sua mãe mora, em situação legal, na Itália há 8 anos. Ela me disse que morou lá com a mãe durante quatro anos e que voltou no ano passado, pois, em suas próprias palavras, “estava passando mal de saudades” da tia e da avó, com quem sempre morou desde a partida da mãe, deixando claro que prefere morar com elas a

morar com a mãe. Quando pergunto sobre presentes, ela me diz que a mãe manda muitas coisas (roupas, brinquedos, celulares, etc.), além de mandar dinheiro para ela gastar aqui no Brasil. Ela me disse que, embora goste muito de morar com a avó e com a tia, “amor de mãe não tem igual” e que, por isso, sente muitas saudades da mãe, mesmo falando com ela no telefone e na internet diariamente. D. diz que tem dois irmãos mais velhos (uma garota de 12 anos e um garoto de 17) e que sua irmã não conversa com a mãe há dois anos, por causa de brigas, “mas mesmo assim minha irmã pede um monte de coisa para minha mãe. Mas minha mãe não dá tudo o que ela quer porque elas não estão se falando”, me informa a menina. A mãe vem para o Brasil pelo menos duas vezes por ano e fala que se a menina quiser poderá voltar a morar com ela na Itália no ano que vem — o irmão mais velho irá encontrar a mãe quando completar 18 anos. Quando pergunto se este é seu desejo, D. diz que ainda está pensando, mas acha que vai preferir continuar morando aqui com sua avó e sua tia. A mãe de D. é divorciada de seu pai (que mora em Valadares) e só deixa a menina vê-lo uma vez por mês” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

O relato dessas três crianças é apenas um exemplo da forma como as famílias de emigrantes se estruturam no contexto transnacional: a todo momento, em toda a cidade, nos ônibus, restaurantes, escolas e bairros, ouvem-se e se conhecem histórias como essas. Governador Valadares, a capital nacional da emigração, é uma sociedade de remessas por excelência e o é não somente devido à relevância econômica das cifras que chegam do exterior, mas também devido às relações que se engendram a partir do envio e recebimento constante delas. O transnacionalismo enquanto fenômeno

que liga pessoas através de fronteiras é responsável também pelo desenvolvimento de “novos parentescos”, “novas famílias” que se reproduzem e se mantêm ao longo do tempo.

“Nós definimos transnacionalismo como o processo no qual imigrantes constroem campos sociais que ligam seus países de origem e os países que os recebem. Imigrantes que constroem tais campos sociais são designados “transmigrantes”. Transmigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que expandem fronteiras. Transmigrantes atuam, tomam decisões, se preocupam e desenvolvem identidades dentro de uma rede social que os conecta a duas ou mais sociedades simultaneamente.” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. 1-2).

O transnacionalismo como brevemente definido acima inaugura novas formas de relações sociais e principalmente familiares que dissolvem fronteiras e distâncias ao conectar uma ou mais sociedades. Esse “estritamento fronteiriço” decorre de diversas mudanças globais que reestruturaram o mundo nas últimas duas décadas – o capitalismo financeiro desloca os centros de poder para uma esfera mundial, que está acima das sociedades nacionais. Nesse contexto surge o advento das chamadas “sociedades de remessas” (ver Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992), Panagakos (2004), Sahlins (1997), Soares (1999)), que dependem economicamente do fluxo de dinheiro ocorrido entre seus moradores locais e seus parentes emigrantes. Sobre isso, Rouse em *Making Sense of Settlement: Class Transformation, Cultural*

Struggle, and Transnationalism among Mexicans Migrants in the United States, constata: “De meados dos anos 60 para cá, entretanto, o nível de migrações cresceu significativamente e a economia do município tornou-se, cada vez mais, dependente da entrada de dólares” (ROUSE, 1992, p. 29).

Descrevendo o mesmo fenômeno, agora em Governador Valadares, Weber Soares cita um montante de 153.727.000 dólares em investimentos realizados por emigrantes no período entre 1984 e 1993, para o autor,

“fato que dimensiona a importância dessas aplicações para a economia valadarense, permitindo inferir que o dinamismo do mercado de compra e venda de imóveis urbanos, em Valadares, está intimamente ligado à emigração expressiva de parcela da força de trabalho, ou melhor, às aquisições, em moeda estrangeira, realizadas pelos emigrantes” (SOARES, 1999, p. 147).

Essa breve discussão sobre as novas formas de migração e as “sociedades de remessas” exemplifica as formas como se dão as relações entre muitas famílias em Governador Valadares, o imenso número de famílias transnacionais serve como espelho dessas novas formas de relações pessoais intermediadas pelo dinheiro. Algumas suposições sobre a substituição das relações de parentesco pelo envio constante de remessas e presentes tornaram-se mais claras, compreensíveis e consolidadas. Todas as pessoas com quem conversamos, sem exceção, adultos ou crianças, afirmam que a única maneira que os parentes no exterior têm de se fazerem presentes é

através do envio de lembranças em datas comemorativas e de remessas constantes de dinheiro que constituem, muitas vezes, a única fonte de renda para parte da família que ficou no Brasil. Como já atentamos anteriormente, quando os valadarenses contam histórias de emigrantes, sobretudo as de fracasso, tocam na questão da cessão desse envio; quando essas histórias trazem em si casos de traição amorosa, muitas vezes observamos que existem mais julgamentos morais negativos aos emigrantes que deixam de mandar dinheiro para seus familiares do que àqueles que traem suas esposas.

Em um episódio vivido em campo também pudemos observar como, em parte, o envio de remessas sugere uma elevação no grau de comprometimento daqueles que são apenas namorados. Jaime contou que um amigo seu do Orkut tinha começado a namorar uma menina de Valadares pela internet; o rapaz está nos EUA; ele disse que, há mais ou menos um mês, o amigo perguntou se ela se incomodaria em receber um dinheiro que ele iria mandar da América, e ela aceitou; mas, ao contar a história, disse que achou um absurdo o rapaz começar a mandar dinheiro para a menina que ele conhecia há poucos meses.

Sobre uma possível substituição da ausência de familiares por remessas e presentes enviados por estes, Assis (1999) afirma:

“Com relação aos filhos que estão no Brasil, aos cuidados dos avós, a vontade de se fazer presente e de compensar a ausência

faz com que os pais mandem inúmeros presentes e procurem agradar os filhos com festas e passeios” (ASSIS, 1999, p. 160).

Ainda sobre esse aspecto das migrações transnacionais, Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) sustentam, enquanto comentam a institucionalização das remessas de dinheiro realizada pelo governo das Filipinas em relação aos imigrantes nos EUA, que “assim, veem como o campo social transnacional é, em parte, composto de laços familiares sustentados por remessas de dinheiros e presentes” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. 31).

Essa ideia provou-se verdadeira quando pudemos conversar com mais crianças e adolescentes diretamente, tendo acesso às suas próprias opiniões a despeito da opinião dos adultos. Se, em um primeiro momento, pensamos que esses presentes e remessas poderiam ser “atenuantes” das saudades, vemos, agora, que são antes disso a forma pela qual a própria ideia de família, da figura paterna ou materna, se faz presente mesmo num contexto de ausência física; as saudades persistem, os filhos da migração transnacional não deixam de senti-las. Quando recebem presentes, embora a saudade não seja aliviada, a existência de laços familiares se reforça, se faz presente e, de certa maneira, conforta a ausência.

Loretta Baldassar (2007) comenta a importância da noção “stay in touch”⁴³ para as famílias transnacionais por ela

43 Expressão traduzida para o português como “manter contato”.

estudadas na Austrália e na Itália, nas quais os filhos emigraram para a Oceania e os pais continuaram na Europa: a noção “stay in touch” significa comprometer-se a dar continuidade aos laços familiares e às obrigações neles implícitos, apesar da distância que impossibilita o convívio presencial diário (BALDASSAR, 2007). Para a autora, o fenômeno migratório é o fator que exige o desenvolvimento de outras formas de “relacionalidade”: com a emigração, torna-se clara a necessária busca por outros meios de suprir a carga emocional contida nas relações familiares (entre pais e filhos, por exemplo). A autora afirma:

“Eu estou particularmente interessada em explorar as tensões associadas com a troca de apoios moral e emocional entre pais e filhos migrantes nas famílias transnacionais. Esse tipo de apoio é a pedra fundamental das relações familiares e é caracterizado pelo compromisso de membros dessas famílias de se empenhar em ‘stay in touch’. Eu argumento que a noção de ‘stay in touch’ é, primeiramente, uma referência à aspiração de não somente manter canais de comunicação abertos, mas também de manter algum nível de relação emocional” (BALDASSAR, 2007, p. 387).

Consideramos, a partir do que escreve Baldassar, que em Valadares essa noção de “*stay in touch*” se conjuga com a importância dada aos presentes e remessas pelos familiares que aqui ficam: enquanto para os emigrantes italianos na Austrália observados pela autora o permanecer em contato, através da comunicação constante pelos diversos meios existentes, é o fundamento da reprodução das relações familiares naquele

contexto, no contexto valadarense é o recebimento de presentes que faz esse papel.

Sobre essa questão, apresentamos a seguir um trecho do diário do terceiro campo em Governador Valadares que se refere a uma conversa com sete adolescentes, com idade entre 13 e 14 anos, numa escola estadual:

“Quando conversamos sobre as remessas, todos ficam muito empolgados ao falar dos presentes que recebem dos pais que estão fora e todos dão muita importância a essa questão, reforçando a ideia de que os laços familiares são mantidos nesse contexto através do envio constante de dinheiro e presentes. H., que apenas reclama de seus irmãos mais novos que o ‘pentelham’, diz que adora quando o pai manda caixa de presentes para ele e pontua: ‘eu só fico sabendo que ele vai mandar a caixa, porque ele avisa, mas nem fico sabendo o que é, o que tem dentro’. S. diz que o pai manda dinheiro e alguns presentes, sua mãe, entretanto, não tem mandado muitas coisas, pois o emprego está difícil em Portugal, onde ela está. E. enumera os presentes que já ganhou, juntamente com M.: as meninas contam que os pais enviam roupas, acessórios de cabelo, perfumes, maquiagens, aparelhos eletrônicos. C. foi a mais categórica quando o assunto são as remessas, ela diz que gosta muito dos presentes que o pai manda de Londres e do dinheiro também, ela não pensa duas vezes ao contar que uma vez seu pai não pôde enviar o dinheiro do mês – ligou para ela avisando que não tinha como, não tinha conseguido o dinheiro; ela não se deu por satisfeita, esperou uns 15 dias e ligou para o pai dizendo que, se no próximo mês ele não enviasse a quantia dos dois meses acumulados, ela o denunciaria para a polícia, ou até mesmo para a imigração inglesa, se conseguisse, ameaçando o pai que está em situação ilegal no país pois tinha certeza de que ele poderia continuar mandando o

dinheiro religiosamente. Ela diz: ‘eu não quero saber se ele não conseguiu, ele tem que me dar’.

Todos os adolescentes mostraram-se muito empolgados com o fato de terem essa conexão com exterior e muito preocupados, sobretudo, com as remessas (de dinheiro ou presentes), reforçando a ideia de que os laços se mantêm através das mesmas. Os motivos de conflitos com padrastos e madrastas se dão por causa das remessas e da influência desses “não parentes” nas mesmas como se fosse um risco iminente de rompimento desses laços. Em nenhum momento expressaram qualquer mágoa ou qualquer outro sentimento dito negativo em relação à decisão dos pais de emigrar (um forte contraponto com a visão dos educadores). São unânimes em dizer que a partida se deu em busca de melhores condições de vida das quais usufruem hoje, apesar da ausência física. [...] Quando comentam os conflitos com suas madrastas ou irmãos, sempre o fazem no plano da diferença no envio de presentes e dinheiro. Todos exigem igualdade nessa questão, quando M. fala sobre seu irmão menor que está na América ela afirma: ‘Um dia falei pro meu pai: você gosta mais dele do que de mim? Se você diz que gosta igual tem que me dar as coisas igual’.

Em relação às madrastas, penso que o crucial nos conflitos é o receio dos adolescentes em perder seus pais para essas mulheres outras, que não são suas mães; eles associam essa possível perda ao risco da cessão das remessas e, dessa forma, a cessão das relações, dos laços, que mantêm com seus pais mesmo ausentes” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Essa questão se põe em evidência não somente quando conversamos com adolescentes, mas também quando conversamos com crianças menores, como é o caso dessas irmãs gêmeas, de 7 anos, cujo pai está em Portugal:

“As meninas eram supertímidas, mas, depois de alguma conversa, se soltaram um pouco. Disseram que ele manda muitos presentes (roupas, sapatos, brinquedos), o preferido delas foi um par de patins, para cada. Segundo L., ela e a irmã estavam brigando muito, então o pai disse, num telefonema, que, se elas se comportassem e parassem de brigar, ele mandaria os patins para as duas. Foi o que aconteceu, elas obedeceram e receberam o presente.

Neste caso, a relação laços de sangue/fluxo de dinheiro é nítida; a todo o momento as irmãs mostravam que sua relação com o pai está baseada no recebimento de remessas. Quando perguntei se elas falavam sempre com o pai, elas me disseram que falam quase todo dia; pelo telefone e pela internet; quando quis saber o que conversam com o pai, elas disseram que ele sempre pergunta se elas estão estudando direito e aí diz, segundo La: ‘se vocês não estiverem estudando direitinho, não mando mais nada para vocês’. Fica clara a forma que o pai encontrou para continuar se relacionando com as filhas e de manter uma figura de autoridade e respeito mesmo ausente fisicamente há anos.

Elas disseram, também, que não lembram direito da partida do pai, mas sabem que ‘ele foi para trabalhar e ganhar dinheiro para a gente e minha mãe’, acrescenta L. Também me contaram, muito animadas, que o pai deve voltar este ano e que vão se mudar para uma casa nova – está terminando de ser construída. Como elas disseram que o pai vai voltar, aproveitei para perguntar se ficam pensando como vai ser viver com o pai depois desse tempo; as meninas me responderam que acham que vai ser legal e que, quando o pai voltou de Portugal (antes de ir aos EUA), elas não o reconheceram: ‘a gente via ele e saía correndo, a gente não conhecia ele, aí ele deu três reais para mim, três reais para L., aí ficou tudo bem’ (disse La)” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

As remessas – não somente na forma de presentes, brinquedos, mas também como dinheiro que custeará a melhora de vida das famílias –, além de compreenderem ponto de calorosas discussões entre os filhos de emigrantes que entrevistamos, são também acionadas em falas que tentam explicar o porquê de os pais terem partido; isso aconteceu principalmente quando conversamos com crianças bem pequenas (de 5, 6 anos) – quando pergunto se sabem por que seus pais emigraram, uma garotinha de 5 anos responde: “meu pai foi para comprar presente para mim”; um outro garoto, da mesma idade, diz quase incrédulo: “meu pai foi para construir uma casa para gente, ué?!”.

Inseridas nesse mesmo panorama das “sociedades de remessas” e das presenças substituídas e aliviadas por presentes e dinheiro, estão outras peculiaridades das famílias transnacionais: as diferentes formas de sentir e de conviver entre familiares, apesar da distância que os separa fisicamente, desenvolvidas pelos “transmigrantes”. O caso valadarense é um exemplo da forma como se dão essas relações que passam a ser intermediadas pelo dinheiro – seguindo o pressuposto de que o fluxo de dinheiro opera como substituto para as relações familiares (MACHADO, 2006, 2010).

À luz dessas considerações, sugerimos uma retomada da noção “*stay in touch*” desenvolvida por Baldassar (2007) ao analisar as formas de apoio emocional desenvolvidas por famílias transnacionais. Reproduzindo o que Finch (apud BAL-

DASSAR, 2007, p. 389) identificou como coisas/comportamentos que se trocam entre familiares, Baldassar afirma que as famílias transnacionais criam formas diversas para estabelecer essas trocas. “*Stay in touch*” é uma dessas formas e depende de tecnologias de comunicação e de transporte para a sua efetiva realização.⁴⁴ A partir desse “pressuposto nativo”, Baldassar diferencia os emigrantes que deixaram a Itália há mais de 30 anos dos que deixaram a Europa há menos de 20, levando em conta os instrumentos disponíveis para a viabilização do contato permanente (de viabilização do “*stay in touch*”) nesses dois momentos.

A profunda revolução tecnológica das telecomunicações observada nas últimas duas décadas provoca o que a autora chama “morte da distância”: com a internet, os celulares, etc., é possível haver comunicações rotineiras entre os membros das famílias transnacionais. Como já disse anteriormente, o ponto fundamental da manutenção das famílias transnacionais valadarenses deve ser a convergência laços de sangue/fluxos de dinheiro, entretanto, a questão concernente à dita “morte da distância” é muito presente na realidade

44 No caso valadarenses, as tecnologias de transporte não importam tanto, pois, como se trata de migrações irregulares em sua maioria, os emigrantes que deixam Governador Valadares não podem ir e voltar dos seus países de destino quando bem entenderem; além disso, os projetos migratórios analisados configuram histórias de vida de pessoas carentes que arriscam o pouco que têm na vida para buscar alguma melhoria na sua terra de origem.

dessa sociedade. Inúmeros namoros virtuais são descritos pelos valadarenses, alguns que se transformam em noivados antes mesmo do contato físico; quando conversávamos com as crianças, todas diziam que falavam com seus pais diariamente, sobretudo pela *internet* e telefone; além disso, com as *webcams* – item quase obrigatório nos computadores das *lan-houses* da cidade – podem até ver seus pais, mostrar trabalhos de escola, etc. O advento dos novos meios de comunicação inauguram novas formas de sociabilidade que, somadas ao envio e recebimento contínuo de remessas, corroboram a existência das famílias no contexto transnacional. Em alguns casos, essa comunicação constante pode compreender amostra de afeto e carinho por parte dos pais em relação a seus filhos no Brasil:

“C. diz que seu pai não gosta nem um pouco da possibilidade de ela namorar algum garoto aqui em Valadares, ela diz que quando ele fica sabendo de alguma coisa brinca com ela dizendo que vai sair do telefone e esganá-la caso ela se envolva com alguém; entretanto, depois de muito reclamar desse comportamento do pai, a menina afirma: ‘no fundo eu até gosto que ele tenha ciúmes, eu me sinto protegida, sabe?’” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Em outros casos, a possibilidade de ver o parente ausente pela tela do computador pode trazer, ao invés de conforto, mais saudades, como vemos na fala de C., cujo marido estava nos EUA e o filho, segundo ela, não estava lidando tranquilamente com a situação:

Porque o irmão dele até tem uma internet... Ele foi lá semana passada ver o pai dele, e eu achei que foi pior. Sabe? É assim... Durante esta semana mesmo... Já é a segunda vez que ele dá essa recaída pelo telefone, mas eu acho que é devido à internet da semana passada. Eu não sei, né, se pode ser isso, mas eu creio que sim (Relato de C.).

Para L., de 9 anos, a *webcam* possibilitou rever os pais, que não via há muitos anos, e, segundo ele, relembrar a figura deles, pois já havia esquecido:

“os pais moram nos Estados Unidos desde quando ele era bem pequeno, bebê, segundo ele. Ele não se lembra muito dos pais e vive com os tios, primos e irmão mais novo – seus irmãos mais velhos moram com os avós. Disse que não conversa muito com os pais: ‘eles trabalham muito’. E disse que ficou muito feliz quando os viu pela *webcam* pois não lembrava como eles eram” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Claudia Fonseca (2007) comenta a modificação do conceito de distância proporcionada por essas novas tecnologias que ampliam as redes de comunicação e contato entre as pessoas: “Dessa forma, muitos migrantes exercem uma autoridade influente, participando de forma rotineira nas decisões da vida doméstica de pessoas morando a milhares de quilômetros de distância” (FONSECA, 2007, p. 29).

A participação dos emigrantes que estão no exterior na vida doméstica em seus países de origem é vista quando conversamos com as crianças sobre a forma como os pais conduzem a sua educação – se deixam sair muito, brincar

na rua, etc. Os adolescentes são os mais queixosos, e suas queixas dizem respeito, principalmente, às dificuldades de conseguir a permissão para sair de casa tanto do pai quanto da mãe (quando somente um deles está fora), ou dos avós e tios que cuidam deles (quando pai e mãe emigraram), pois os responsáveis por eles em Governador Valadares se sentem receosos em relação a possíveis incidentes e, sobretudo, com a opinião dos pais ausentes (que podem não concordar com as decisões tomadas). Além disso, quando conversamos com algumas mães de crianças cujos pais estão no exterior, muitas disseram que têm suas decisões refutadas, colocadas em xeque, por seus maridos (ou ex-maridos), que mesmo a milhares de quilômetros de distância permitem seus filhos fazer o que a mãe os tinha proibido.

“Disse-me, ainda, que as crianças ficam felizes com os presentes e que é muito difícil ser a mãe que fica no Brasil nessa situação, pois, além de ter que criar os filhos sozinha, precisa conviver com uma suposta autoridade que o pai insiste em reiterar mesmo de longe e que muitas vezes ele a desautoriza perante as crianças.

[...]

Antes de deixar a escola, conversei um pouco com J. e a diretora, mãe de dois filhos, cujo marido está nos EUA há 4 anos – as duas comentam a dificuldade que é ser mãe nesse contexto e que o grande problema está no fato de os pais ausentes serem muito condescendentes com seus filhos que estão no Brasil e que, muitas vezes, eles desautorizam as mães presentes: F. diz que no dia anterior havia proibido a filha de fazer um passeio, não satisfeita com a ordem da mãe, a meni-

na ligou para o pai nos EUA e pediu sua autorização, o pai a concedeu na mesma hora e lá foi a menina para o tal passeio. Ao fim da história, J., cujo marido viveu em Portugal por 3 anos, disse que o mesmo acontecia com ela.

[...]

No fim da conversa, L. [14 anos] diz sobre como é viver com o pai e conviver com a ausência da mãe: ‘pela minha mãe, eu não faço nada, só fico em casa. Meu pai também não deixa eu fazer nada, porque acha que se acontecer alguma coisa comigo a culpa vai cair tudo nele. Aí é chato né? Mas eu não fico em casa, não!’” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Anteriormente, caminhávamos em direção a um debate acerca da noção da saudade em Governador Valadares. O primeiro campo trouxe algumas reflexões nesse sentido, uma vez que a forma como as pessoas que entrevistamos encaravam o “sentir saudades” era substancialmente diferente da forma como fazíamos, o que trouxe à tona suposições sobre uma maneira particular valadarense de lidar com a ausência de parentes próximos por anos e, por conseguinte, com o sentimento de saudade advindo dessa ausência. No entanto, abandonamos, em partes, tais suposições à medida que identificávamos nos discursos que ouvimos inúmeras evidências as quais levaram a crer que, até certo ponto, os valadarenses sentem saudades como nós sentimos, como todos “devem” sentir. Sobre essa questão, apresentamos um trecho de diário de campo:

“Além disso, o que nos chamou atenção foi o fato de o psicólogo nos dizer que não é somente a ausência problemática, como também o retorno problemático, pois grande parte das crianças viu o pai e/ou a mãe partir para o exterior quando eram muito pequenos; assim, quando há o retorno de figuras que, durante tantos anos, não passaram de virtualidade, as crianças se veem em meio a estranhos, pessoas com quem não têm intimidade alguma, uma vez que mal as conhecem. Em muitos casos os filhos não reconhecem na mãe biológica a figura materna, mas, sim, na pessoa que os criou. Sobre esta questão, C. observa que, quando os pais partem, os filhos são muito novos, as crianças nem chegam a sentir saudades deles” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Neste momento, sustentamos que a reestruturação familiar observada em Governador Valadares, dada, essencialmente, pela substituição de relações de parentesco por envio de remessas, não só corrobora a manutenção desses laços familiares através do tempo e da distância, como também “mascara” a saudade provocada pela ausência física, em certa medida, pois a compensa com uma presença simbólica e com a dita “morte da distância”, os parentes podem se tornar presentes virtualmente. Como já observamos, o grande avanço tecnológico vivido nos últimos 15 anos, principalmente no âmbito das comunicações, proporciona um redimensionamento do mundo. Isso exemplifica diversas falas de familiares de emigrantes: “ele (ela) continua presente” é uma frase rotineira em entrevistas; outra evidência desse fato é a enorme quantidade de *lan-houses* na cidade, que estão sempre lotadas.

Os filhos da migração transnacional passam pelas reestruturas familiares ocasionadas pela ida de seus pais para o exterior e por outros desdobramentos dessa experiência, desenvolvendo formas de atribuir significações a essas questões. Quando recebem presentes e remessas, recebem, como já afirmamos, a prova da sobrevivência de seu núcleo familiar. Tanto as crianças menores quanto os adolescentes afirmam a todo momento que sua condição atual é apenas temporária – mesmo que morem por longos períodos com avós, tios e/ou outros parentes e que não saibam como serão efetivamente suas vidas quando os pais voltarem à cidade, deixam claro que esperam pelo dia em que a família se reunirá novamente, em que o parente ausente retornará ao país.

“C, tem 5 anos e é o irmão mais novo de L. (8 anos), quando perguntei com quem ele morava ele me respondeu: ‘com minha mãe’; nesse momento, o irmão mais velho o corrigiu, dizendo: ‘com a tia! É tia! A mãe tá nos Estados Unidos’. Os pais dos dois estão nos Estados Unidos desde quando C. era bebê” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Esse episódio relatado no diário de campo é muito elucidativo; o irmão mais velho repreende o mais novo quando este nomeia de “mãe” a tia que os cria e o faz no sentido de estabelecer que a mãe, biológica, existe e está presente de alguma maneira em suas vidas a despeito de sua ausência durante cinco anos; a tia não se tornou a mãe, é isso que o irmão mais velho quis esclarecer: haverá o momento em que

seus pais retornarão e terão a mãe cumprindo seu papel, que, neste momento, se transferiu à tia.

Além dessa “presença simbólica” oferecida pelas remessas e presentes, há a centralidade dessa questão para a existência das famílias transnacionais valadarenses, na medida em que observamos ser este o eixo central das relações entre os filhos que estão na cidade e seus pais no exterior:

“Fui então conversar com os alunos, eram 7 ao total, todos mais ou menos da mesma idade (entre 13 e 14 anos); como pareciam se conhecer, perguntei se os incomodava conversarmos todos juntos, eles disseram que não. Fomos então para a sala de leitura da biblioteca da escola, onde conversamos por uns 40 minutos; eram todos muito falantes e descontraídos. Eram eles: E., de 13 anos, seu pai está nos EUA há 8 anos; H., 14 anos, o pai está nos EUA há 9; A., seu pai está há 10 anos nos EUA, e ela tem 14; C., de 14 anos também, o pai está em Londres há 4 anos; M., 13 anos, o pai está nos EUA há 9 anos; S., 14 anos, sua mãe está em Portugal e seu pai está na Espanha, há cerca de 6 anos e; V., 16 anos, seu pai está em Portugal há 7 anos.

Todos têm inúmeros casos de emigrantes na família, segundo M.: ‘é mais fácil você perguntar quem da minha família não tá na América do que eu dizer quem tá lá!’. São tios, primos, primas, além dos pais, claro; e, na maioria das vezes, os familiares moram próximos no exterior (em alguns casos, moram na mesma casa). Quando eu perguntei o que eles sentiram, acharam, quando os pais partiram, todos disseram que pouco se lembram, porque eram bem pequenos; somente E. diz que o pai falou que iria sair para comprar queijo e nunca mais voltou – segundo ela, ‘foi tranquilo, quando vi ele já tinha ido, não fiquei triste, não’; S. é, ela própria, uma emigrante – quando seus pais foram para Portugal pela primeira vez a levaram, e a menina, de apenas 14 anos, já foi e voltou de lá umas três vezes;

hoje mora com a tia e com os primos e diz que se dá muito bem com eles e que não pretende voltar para Portugal.

O que há de comum entre todos esses adolescentes é o fato de seus pais serem divorciados/separados (somente os pais de A. são casados), e, assim, a todo momento reclamam de suas madrastas ou padrastos em suas falas – madrastas principalmente. M. e E. são as que demonstram mais indignação e revolta em relação às outras mulheres de seus pais, essas reclamações veementes pautam-se sobretudo na questão de as madrastas, que também estão no exterior, controlarem e, em alguns casos, impedirem o envio de dinheiro e remessas destinadas às adolescentes. E. diz que muitas vezes a madrasta ‘rouba’ os presentes que o pai lhe mandaria; M. diz que muitas vezes, quando liga para pedir dinheiro ao pai, sua madrasta não passa seus recados ou simplesmente diz que o pai não enviará nada a ela. V. é o único a alegar não ter problemas com a madrasta, pelo contrário, diz ele: ‘é ela quem me ajuda a pedir mais coisas para o meu pai’ – nesse caso, a mulher de seu pai está aqui em Valadares e, provavelmente, também vive do envio das remessas do marido que está em Portugal.

Outro ponto problemático na vida familiar desses adolescentes, segundo eles mesmos, são os ‘meios-irmãos’ – todos os que os têm sentem ciúmes e exigem dos pais ausentes tratamento igual e indiferenciado. M. expressa a raiva que tem da madrasta e do seu irmãozinho fazendo gestos com a mão e dizendo: ‘você não acredita! Minha madrasta compra biscoitinho de 12 dólares pro meu irmão que mora na América’; logo depois diz: ‘eu falo pro meu pai que eu nem quero saber... ele tem que me dar tudo o que ele dá para ele [o irmãozinho], igualzinho’. E. também reclama dizendo ter descoberto que na planta da casa que o pai pretende construir aqui não tem um quarto só para ela, enquanto seu meio-irmão terá um quarto só seu” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Para os filhos da migração transnacional, a convivência com as decorrências da experiência emigratória de seus pais é o custo da possibilidade de alguma ascensão financeira – que, segundo eles mesmos, é compensatória. É claro que em algum momento sofrem com a ausência dos pais por longos anos (alguns desenvolvem problemas sérios de depressão, outros rompem as relações com os pais), porém, o comum é que eles entendam a decisão dos pais, sendo o recebimento de presentes e remessas uma espécie de “prestação de contas” destes que estão ausentes, como amostra de que, mesmo longe, vivem em função de seus filhos.

Assim, pensamos que, sob a perspectiva das crianças e adolescentes, a experiência emigratória dos pais não constitui, necessariamente, um malefício na vida dos filhos que ficam em Governador Valadares; entretanto, sob a perspectiva de professores/as, pedagogos/as, psicólogos/as e outros adultos que convivem com estas crianças, os pais que decidem emigrar cometem um “crime” contra a vida de seus filhos. Por quê?

O OLHAR DOS ADULTOS SOBRE AS CRIANÇAS

Ao longo dos trabalhos de campo realizados em Governador Valadares, desenvolvemos estratégias diversas para empreender a pesquisa etnográfica; antes de uma questão metodológica sobre como analisar os discursos das crianças e como estabelecer relações de intersubjetividade com estas,

as dificuldades compreendiam uma questão de inserção propriamente dita: como pensar nas formas de analisar, observar e apreender a realidade dessas crianças se o maior desafio que se apresentava era encontrá-las e ouvi-las?

A Antropologia da Criança, como já discutido anteriormente, propõe-se a incluir as crianças nas análises antropológicas na medida em que são tomadas como seres sociais plenos – em oposição à visão do ser social a se tornar pleno – e inseridas em relações sociais múltiplas às quais concebem significado continuamente. Sendo assim, tomar sua perspectiva é tão válido quanto tomar a dos adultos quando se intenta compreender um fenômeno. As dificuldades de inserção entre as crianças durante as visitas a Governador Valadares se deram, sobretudo, no sentido da autorização que precisávamos dos adultos para chegar até elas; esses adultos eram seus pais – que diziam que seus filhos não tinham nada a falar e questionavam a intenção de estabelecer relações com estes para tratar do assunto da emigração. Os professores, coordenadores pedagógicos, diretores das escolas que visitamos e os educadores, funcionários da Secretaria Municipal de Educação não entendiam por que estávamos ali e diziam que os filhos da migração transnacional são alunos como outros quaisquer.

Foi principalmente no segundo trabalho de campo que tivemos contato com o que chamaremos “olhar dos adultos sobre as crianças”: enquanto na primeira ida à cidade

pensamos que a impossibilidade de inserção entre os filhos dos emigrantes se referia às dificuldades referentes à inserção no campo em si, percebemos, na segunda, que essa defesa por parte dos adultos em relação às reticências de conversar com crianças constituía um dado relevante em si mesmo. Foi somente diante da impossibilidade de conversar com os alunos que nos dedicamos a ouvir os responsáveis pela sua educação e, então, tivemos acesso a discursos que, majoritariamente, tratavam da emigração como um problema e se opunham, claramente, aos discursos dos filhos da migração transnacional com quem, ainda que por caminhos inesperados, conversamos.

“Quando saímos de lá [da Secretaria da Educação] foi como estivéssemos emergindo de um mar de burocracias: foi somente em minha terceira visita à SMED⁴⁵ que consegui estabelecer um contato direto com o órgão através de alguns de seus funcionários (funcionárias, primordialmente). A visão de todas é muito crítica em relação ao fenômeno da emigração que permeia a cidade, porém a inexistência de formalidades – tanto de reclamações como de projetos educacionais voltados para esta questão – nos deixou intrigados. Se existem tantos problemas, que são do conhecimento de todos na SMED, por que não existe qualquer iniciativa por parte do órgão para lidar com estes? Pensamos que pode ser falta de vontade política; ou pouca vontade de encarar a emigração, fenômeno tão presente nas histórias de vida de todos que trabalham lá (uma vez que são valadarenses), como algo que apesar de estar arraigado na realidade da cidade traz

45 Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares.

desdobramentos nem sempre positivos. Pensamos em várias possibilidades, mas não chegamos a nenhuma consideração bem definida – ainda. Os discursos das funcionárias, ex-professoras, mostraram-se bem afinados quando dizem respeito aos problemas dos alunos filhos de migrantes, entretanto, quando diz respeito aos questionamentos destes problemas com a intenção de minimizá-los, tornam-se discursos pouco eloquentes, vazios e descontraídos. Após esta tarde, estamos mais instigados: a realidade dos ‘filhos da migração transnacional’ se descortina, aos poucos, começando pelo olhar de quem os educa e se mostra problemática a partir do momento que suas dificuldades, ao invés de serem sanadas, transformam-se em casos exemplares trazidos à tona em falas permeadas de moralidade.

[...]

Ontem houve uma reunião na SMED, e um dos pontos discutidos foi a questão do ensino e aprendizagem das crianças filhas de emigrantes – segundo ela, há um déficit real no aprendizado destas; além disso, essas crianças são vistas como tristes e com baixa autoestima. L., enquanto educadora, mostra em sua fala o que pensa, em certo sentido, a maioria dos educadores, ou pelo menos, a SMED. Esse pensamento segue o que já havíamos observado no último campo: há um discurso moralizante por parte dessas pessoas, que associa a emigração a um erro, uma opção que degrada as famílias e sobretudo a vida das crianças envolvidas no processo” (Trecho diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Como descrito na sessão anterior, a existência transnacional das famílias valadarenses se apoia na relação laços de sangue/fluxos de dinheiro, e, para os filhos dessas famílias, o recebimento constante de presentes e remessas constitui a

principal maneira de manter e reproduzir relações com seus pais ausentes. Mesmo que em alguns momentos reclamem da distância e das saudades, essa construção de relações de parentesco baseadas nas remessas não é questionada por eles em termos de uma condição desfavorável em relação às famílias ditas normais. Quando conversamos com os professores e educadores, a manutenção dos laços de sangue através dos fluxos de dinheiro no contexto migratório transnacional se confirma. Entretanto, seus olhares dirigidos a essas famílias revestem-se de moralidades; suas falas se ancoram na oposição dessa constituição familiar em relação à constituição familiar tida, por estas, como normal. Nesse sentido, elas seguem o que mostra Claudia Fonseca quando aborda a problemática que envolve a análise das famílias em classes populares: estas são sempre analisadas em termos da falta, da diferença, em relação à primazia da família nuclear burguesa enquanto modelo a ser seguido.

Sobre essa questão, apresentamos a fala de uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação e um trecho do diário do segundo trabalho de campo referente a uma conversa com um psicólogo que trata de crianças – sendo alguns de seus pacientes, filhos de emigrantes:

Lugar de pai e mãe é ao lado do filho. As crianças ficam perdidas (Relato de uma funcionária da SMED).

São crianças mimadas, indisciplinadas e que são colocadas na ‘confusão feita pela família’ quando os pais decidem sair daqui (Relato de um assistente social da SMED).

“O psicólogo ainda nos disse que essas crianças filhas de emigrantes perdem a referência do modelo de família, pois convivem com avós, tios e primos” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Quando julgam a normalidade dessas famílias em relação a outras, esses adultos colocam os filhos da migração transnacional numa posição de vítima em seus discursos: para eles, não há a possibilidade de entendimento por parte de uma criança em relação aos significados da emigração de seus pais. Há, nesse momento, uma imbricação desses discursos com a maneira pela qual as primeiras análises antropológicas que incluíam crianças pensavam a infância e a agência infantil – é como se, ao deslegitimar a naturalidade com que as crianças pensam sobre a própria realidade, os professores, educadores, funcionários deslegitimassem a própria capacidade destas de refletirem sobre suas próprias experiências enquanto seres sociais. Os filhos de emigrantes em Governador Valadares são vistos pelos adultos responsáveis por sua educação formal como joguetes apenas, que sofrem a partir de uma decisão tomada por seus pais e, mesmo que digam entender, de fato, não entendem. Sobre essa questão:

“Nesse momento, há um contraponto claro entre o que dizem os adultos e o que dizem as crianças. Este discurso divergente se aproxima, em algum sentido, das discussões acerca da sexualidade entre as crianças [em alguns textos da disciplina Antropologia da Criança]: como se os adultos,

revestidos de valores morais e de comportamentos esperados, ignorassem a capacidade das crianças em atribuir sentido e significado às próprias experiências – significados estes que nem sempre condizem com a conduta moralizante esperada pelos adultos. Há a saudade dos pais, mas há, também, a aceitação dessa condição, uma certa naturalização que vai ao encontro das experiências que estes meninos e meninas têm na vida. Elas têm pais, porém seus pais não são como os outros – ou, ainda, não são como os educadores esperam que os pais sejam. O absurdo desta condição, observado pelos professores, não é notado pelas crianças, que, apenas ressignificam sua ideia de relacionalidade a partir da experiência da ausência de seus pais” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

O ponto de vista das crianças tende a ser desconsiderado, e é nesse sentido que se encaminham os discursos dos adultos sobre a forma como as crianças compreendem a experiência emigratória de seus pais. A fala a seguir exemplifica muito bem essa questão concernente à deslegitimação da elaboração de entendimento sobre a vida social realizada pelas crianças:

[as crianças] podem até te falar que por elas tudo bem viver sem os pais. Isso é o que elas falam, não é o que elas sentem (Relato de uma professora e funcionária da SMED).

É a partir desta ideia de que a emigração traz desestrutura familiar e que os filhos dos emigrantes não são capazes de compreender efetivamente essa experiência em suas vidas que os adultos reproduzem falas muito bem alinhadas, re-

ferindo-se aos inúmeros transtornos ocasionados pela emigração na vida dessas crianças. Como os adultos com quem conversamos são, sobretudo, profissionais da área de educação – uma vez que as visitas se concentravam nas escolas dos bairros e na Secretaria da Educação –, os problemas trazidos à tona por eles remontam a questões concernentes à vida escolar dessas crianças (ordem disciplinar, aprendizagem). A problemática do abandono, da ausência, da presença insubstituível dos pais para o bom desenvolvimento dos filhos e enquanto provocador de problemas na vida escolar se radicaliza, para esses adultos, quando discutem as remessas e os presentes: para eles o dinheiro se apresenta na vida dessas crianças como uma substituição ilusória que as transforma em pessoas “mimadas e arrogantes”. Assim, é fazendo alusão ao fluxo constante de remessas que as professoras e diretoras justificam o mau comportamento, a indisciplina, a introspecção, a quietude – ou seja, quaisquer anormalidades – dos alunos cujos pais emigraram. Os inúmeros trechos do diário do segundo campo apresentados a seguir elucidam essa questão:

“A ausência dos pais e a criação dos avós contribuem para a formação dos ‘adolescentes-problema’, como elas mesmas classificam: o choque geracional presente na relação avós/netos, sem a intermediação dos pais, acaba por formar crianças e adolescentes sem limites. Conjugada com este ‘choque’ está a compensação material da ausência realizada pelos pais – segundo elas, as crianças filhas de emigrantes são ‘mimadas e arrogantes’; são criadas por avós que já não têm energia para

fazê-lo e recebem dos pais tudo o que desejam no plano material. Quando estão na escola não respeitam a autoridade do professor e se sentem superiores aos outros alunos (sem pais emigrantes), pois possuem os melhores celulares e video games, os tênis da moda, os cadernos e mochilas mais bonitos, etc. São estas crianças ‘mimadas e arrogantes’ que se tornam ‘adolescentes-problema’ [...]

[segundo a diretora da escola] Embora recebam muitos presentes com a ida de seus pais ao exterior, convivem com questões em si mesmas que refletem o abandono a qual foram submetidas tão cedo; há tentativas de compensação, mas a presença é insubstituível. [...]

Nas escolas e na Secretaria da Educação, o discurso das profissionais é unânime: a única ‘coisa’ que as crianças, filhas de emigrantes, têm dos pais são os presentes e o dinheiro que lhes possibilitava comprar diversas coisas. [...]

A fala crítica recorrente destas mesmas pessoas é a de que a presença é insubstituível, que não bastam presentes e que a vida/o desenvolvimento sobretudo emocional destas crianças é prejudicado pela manutenção desta ‘convivência ilusória’ por anos; outro agravamento, segundo elas, é o interesse financeiro das pessoas que se dispõem a cuidar delas, uma vez que são elas quem recebem e administram o dinheiro que é enviado do exterior para educá-las” (Trecho do diário de campo de Amanda Fernandes Guerreiro).

Esta associação entre a ausência dos pais que emigraram, a indisciplina de seus filhos na escola e a ideia de que presenças são insubstituíveis pode ser vista claramente na revista em quadrinhos “Um presente especial” (MENDONÇA, 2008), desenvolvida pelo Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT) na cidade e que foi distribuída na rede escolar muni-

cipal. Trata-se da história de Richard, um garoto cujos pais estão nos EUA e que mora com a avó, e de Augusto, amigo de Richard, que mora com os pais em Valadares. A história gira em torno do fato de o primeiro ter acesso a todo e qualquer modelo de brinquedo – afinal, os pais não param de mandar presentes – e o outro não. Richard pede aos pais que estão na América um floco de neve de presente, os pais tentam explicar que seria impossível, mas, para o menino, nenhum presente é impossível para os seus pais, e, assim, a relação laços de sangue/fluxos de dinheiro enquanto índice mantenedor das famílias no contexto transnacional valadarense é apresentada às crianças revestida de inúmeros julgamentos morais acerca da aproximação família–dinheiro. Apresentamos, a seguir, a reprodução de um diálogo presente em um dos quadrinhos da revista:

“Amigo: – Floco de neve? Ficou doido? Não tem como!

Richard: – Em dólar, meu amigo, meu pai compra até a neve inteira!

Amiga: – Minha nova coleção de Barbie deve chegar esta semana. Não aguento mais esperar!” (MENDONÇA, 2008).

Nesse momento, as discussões de Viviana Zelizer, socióloga econômica, se fazem pertinentes: a autora realizou inúmeras pesquisas em torno da questão do dinheiro enquanto algo que sempre foi relegado à esfera da economia, nunca se aproximando de questões efetivamente sociais, culturais. Em seu artigo *The Social Meaning of Money: “Special Monies”*, a

autora retoma inúmeros trabalhos que faziam referência ao dinheiro, indicando que estes davam ênfase à ideia do dinheiro em termos de mercado, excluindo qualquer possibilidade de aproximação com questões concernentes às relações sociais, religiosas, pessoais.

“Uma clara dicotomia é estabelecida entre dinheiro e valores morais. O dinheiro na sociedade moderna é definido como essencialmente profano e utilitário em contraste a valores não instrumentais. O dinheiro é qualitativamente neutro; os valores pessoais, sociais e sagrados são qualitativamente distintos, imutáveis e indivisíveis” (ZELIZER, 1989, p. 347).

É a partir desses pressupostos, dessas visões que demarcam claramente o dinheiro como pertencente ao campo das relações econômicas estritamente que Zelizer propõe novas apreensões das análises tanto sociológicas quanto antropológicas que tragam o dinheiro em suas discussões. Essa interdependência é necessária, segundo a autora, pois não se pode dissociar o dinheiro da dimensão social que o engendra; antes de mero índice mercadológico, quantitativo e fetichista, o dinheiro “profano” pode compreender valores qualitativos, morais, pessoais e adentrar as esferas “sagradas” da vida social.

“Está faltando uma conexão, uma interdependência na abordagem tradicional ao dinheiro. Impressionados pelas características fungíveis e impessoais do dinheiro, os pensadores sociais tradicionais enfatizam sua racionalidade instrumental e capacidade aparentemente ilimitada de trans-

formar produtos, relações e, às vezes, até mesmo emoções em um equivalente numérico abstrato e objetivo. Ele pode ‘corromper’ valores em números, mas valores e sentimento reciprocamente corrompem o dinheiro ao investi-lo de significados moral, social e religioso” (ZELIZER, 1989, p. 347-348).

Assim, pensamos que o discurso dos adultos sobre a realidade dos filhos da migração transnacional articula tanto a ideia de que não se deve levar em conta o que as crianças dizem sobre suas próprias realidades – uma vez que são crianças – quanto a ideia de que o dinheiro, o monetário, corrompe toda e qualquer relação subjetiva que se estabelece a partir dele. Para os professores, educadores e diretores, a suposta naturalização, pelas crianças, da ausência dos pais e da ideia de que suas famílias existem transnacionalmente através do fluxo contínuo de dinheiro é absurda, incompreensível, inaceitável e responsável pela correlação que eles fazem entre emigração e problema. E, como num movimento que se retroalimenta, essas visões não cessam: a sobrevivência das famílias transnacionais é deslegitimada, pois se ancora na lógica “laços de sangue/ fluxos de dinheiro”, que aproxima dinheiro e relações familiares. As crianças, por sua vez, não devem ser levadas em conta, primeiro, por serem crianças e, depois, porque não veem na aproximação dinheiro/relações familiares algum tipo de problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procuramos indicar a complexidade dos processos migratórios no que se refere aos filhos que permanecem no Brasil, no caso, na cidade de Governador Valadares. A primeira constatação é que há uma diferença entre o ponto de vista dos adultos que pensam o processo, principalmente as professoras envolvidas na educação formal da criança, e o ponto de vista das próprias crianças. Os mecanismos que os “pais ausentes” têm para manter a relação (envio de presentes e de remessas) e os arranjos familiares para o cuidado com a criança (criação por avós ou tias, mais frequentemente) são condenados pela sociedade mais abrangente. Os arranjos familiares são vistos como fracos, pois não dão conta de impor autoridade sobre as crianças, e os mecanismos de manutenção da relação são considerados como potenciais “estragadores” de crianças, pois acabam por mimá-las demais. O mimo excessivo e a falta de autoridade causariam um desajuste juvenil.

Mas, quando ouvimos as crianças, percebemos que elas, com diferenças óbvias devido à variação de suas idades, não condenam os pais pela ausência e sabem que os presentes e dinheiro são uma forma de eles se manterem próximos. O valor do presente, para as crianças, é menos o presente em si e mais a constante reafirmação de que a relação continua a *existir*. Por outro lado, todas na nossa pequena amostra sentiam como naturais os arranjos feitos para a criação delas na

ausência dos pais, sem identificar com isso uma ausência de autoridade por parte da mãe, que em geral continua a exercer o papel que se espera dela mesmo a distância. Percebemos também que algumas das crianças que passaram pela experiência da migração têm muita consciência do esforço que fazem os pais e se sentem reconfortadas por isso, num reconhecimento da vontade deles em investir no futuro da família.

O amadurecimento precoce dessas crianças parece também ser uma consequência da movimentação dos pais, pois desde cedo são confrontadas com situações que exigem uma reflexão sobre a natureza da família, a importância das relações e a responsabilidade com irmãos mais novos. Sem contar que a ausência, embora aceita, é sempre vivida como um sofrimento, uma espécie de desequilíbrio constante que precisa ser enfrentado, vivido.

Como vimos no primeiro capítulo, a migração aparece como uma espécie de “jogo arriscado”, que impõe riscos à família e, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de melhor estruturar o núcleo familiar num lugar de poucas opções econômicas. Os riscos podem levar à própria dissolução familiar, à separação, a dificuldades de vários tipos, mas eles têm sido vistos em Valadares como menores que o desejo de estabelecer melhores condições a essa mesma família que se “ameaça” ao emigrar. Certamente, muitos são os casos dramáticos propiciados por essa aventura arriscada, e temos visto que estes acabam por se tornar paradigmáticos,

tendo uma reverberação muito grande. Cabe agora investigar a relação exata entre o “discurso pessimista” dos adultos e os fatos efetivos da migração.

A importância da experiência migratória na sociedade valadarense é clara: o fenômeno, que se reproduz há décadas, apresenta-se como parte do imaginário popular inerente a essa sociedade, e, portanto, é inegável sua existência transnacional, que ultrapassa fronteiras e subtrai distâncias. A imensa rede que liga Governador Valadares a vários lugares do mundo, principalmente EUA e Portugal, gera não somente facilitações para a emigração, mas, sobretudo, modifica as formas de relações pessoais nessa sociedade – que se dão, a todo momento, entre países através de seus familiares que subtraem as ausências em conversas de vídeo pela internet e, ainda, são materializadas em benefícios financeiros (presenças, remessas de dinheiro, viagens, passeios, etc.).

Sobre essa materialização, Sahlins afirma, ao discorrer sobre o trabalho de Hauófa sobre o caráter transcultural que caracteriza as sociedades insulares do Pacífico: “aquilo que aparece como ‘remessas’ e ‘pagamentos’ é apenas a dimensão material de uma circulação de pessoas, direitos e cuidados entre as ilhas natais e os lares alhures” (SAHLINS, 1997, p. 140). Os bens, o dinheiro apresentam-se no contexto valadarense como fator de troca que estabelece a perpetuação das relações entre os emigrantes e seus familiares – entre os emigrantes e seu país natal.

As razões que levam os valadarenses a emigrar tornam-se cada vez mais complexas – não são somente as redes de facilidades, tampouco os benefícios financeiros que conduzem esses cidadãos ao exterior para trabalhar; outros fatores se engendram para a reprodução desse fenômeno que não deve ter seu fim decretado por causa da crise econômica global, como acreditam alguns representantes das classes médias e altas da cidade. O que se vê nas periferias é a contínua ida de valadarenses para Portugal, EUA e outros países. O que importa nessa perspectiva é a possibilidade, ou não, de enviar remessas do exterior para familiares em Valadares. Dessa forma, a perpetuação dos projetos migratórios não depende de crises econômicas, exclusivamente; depende, prioritariamente, da persistência da circulação de bens, do envio de remessas em geral.

Os filhos de emigrantes valadarenses constroem, assim, suas relações de parentesco incessantemente: a cada conversa via internet, a cada caixa de presentes recebida, a cada viagem ou passeio proporcionado pelos dólares, ou euros, enviados por seus pais. Retomamos aqui a afirmação de Viviana Zelizer de que, da mesma forma que o dinheiro pode corromper relações pessoais (como afirma a grande maioria dos trabalhos em Ciências Sociais que abordam o dinheiro e as transações econômicas), as relações pessoais também podem corrompê-lo, agregando valor simbólico a ele. Consideramos que é esse movimento “corrupto” que os filhos da migração transnacional fazem ao reelaborar suas relações familiares a partir da ida

do pai, mãe ou ambos ao exterior. Não pretendemos aqui, contudo, afirmar que os custos da experiência migratória são baixos ou irrelevantes; é claro que existem desdobramentos indesejáveis, sofrimento e questões emocionais implicadas. Afinal, essas famílias convivem com o risco iminente de se esvaír em meio à distância, ao tempo e à ausência.

Enquanto as crianças articulam a associação laços de sangue/fluxos de dinheiro, naturalizando-a como forma de manutenção de suas relações com seus pais, os adultos encaram essa configuração familiar específica revestindo-a de moralidade, vendo-a como um problema sem precedentes. Essa visão vai ao encontro das perspectivas que Zelizer denominou “esferas separadas” e “mundos hostis”, nas quais:

“Durante 200 anos os teóricos sociais se preocuparam com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou a contradição entre relações de intimidade e relações impessoais. Desde o século XIX, os analistas sociais repetidamente assumiram que o mundo social se organiza em torno de princípios incompatíveis e que competem entre si: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e realização, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio. Podemos chamá-los de teorias das *esferas separadas* e dos *mundos hostis* (ver Zelizer 2005a; 2005b). A teoria das esferas separadas diz que há dois domínios distintos que operam segundo diferentes princípios: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado, e solidariedade, sentimento e impulso, do outro. Deveríamos, prossegue a teoria, esperar que diferentes resultados e compensações emergem destes dois tipos de organização. Sobre os mundos hostis, a teoria diz algo diferente: quando tais esferas entram em contato, contaminam uma à outra. Sua mistura,

atesta a teoria, corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental resseca aquele mundo, enquanto a introdução do sentimento nas transações racionais produz ineficiência, favoritismo, proteção aos amigos e outras formas de corrupção. Nesta perspectiva, existe uma aguda divisão entre as relações sociais íntimas e as transações econômicas, tornando qualquer contato entre as duas esferas moralmente contaminado. Dessa forma, a intimidade só prospera se as pessoas erigem barreiras eficazes em torno dela. Assim, continua o raciocínio, sistemas sociais bem ordenados mantêm os domínios separados” (ZELIZER, 2009, p. 238).

A impossibilidade da convivência diária imposta pela experiência migratória acaba por produzir consubstancialidades outras, fundamentadas no envio de remessas, e é dessa maneira que os filhos da migração transnacional constroem relacionalidades (MACHADO, 2010; CARSTEN, 2004; FONSECA, 2007). Entretanto, essas relações familiares baseadas em trocas materiais são vistas como cruciais para o desenvolvimento de inúmeros problemas na vida dessas crianças. Durante o segundo trabalho de campo, quando conversamos, sobretudo com adultos (professores, funcionários da área de educação, etc.), fomos convencidos, por um momento, que a emigração de pais e mães é prejudicial à vida de seus filhos – esses profissionais descreviam inúmeros problemas que acometem essas crianças física e emocionalmente – e, questionávamos o porquê da inexistência de ações efetivas por parte da prefeitura em lidar com essa problemática. Foi somente quando conversamos primordialmente com os filhos da migração transnacional,

quando do último campo, que notamos que, para eles, esses prejuízos não são tão corriqueiros assim e referem-se a alguns poucos casos. É evidente que há uma energia, um trabalho emocional despendido para a manutenção da centralidade familiar, mas, para aqueles que empreendem esse movimento (as crianças, neste caso), este não compreende um problema a ser sanado, combatido. Aqui, vemos como a inclusão da perspectiva da criança em trabalhos antropológicos é profícua: enquanto tínhamos acesso somente ao que diziam os adultos sobre determinada realidade, a análise seguia um rumo distinto daquele que tomou a partir do momento em que, finalmente, conversamos com os filhos da migração transnacional sobre suas próprias realidades.

Em Governador Valadares, os professores, funcionários, psicólogos, adultos em geral, afirmam que os filhos de emigrantes “têm tudo menos o mais importante que é a presença dos pais”⁴⁶ – nas escolas os discursos desses profissionais reproduzem a ideia de que essas crianças são mimadas, arrogantes e indisciplinadas porque os pais tentam suprir sua ausência por meio do envio de presentes e dinheiro, fazendo todas as vontades dos filhos. Estes, por sua vez, compreendem a decisão dos pais em emigrar e, apesar de sofrerem com isso, dizem saber quais são as motivações e encaram as remessas como uma maneira de os pais se fazerem presen-

46 Afirmação de uma funcionária da SMED ouvida durante trabalho de campo na cidade.

tes, afirmarem sua posição de pai e mãe naquela família que existe sem que haja a convivência física entre seus membros. Esta é a chave para o entendimento da divergência entre as falas das crianças e dos adultos: estes últimos não se desprendem das ideias de que, primeiro, existe uma configuração familiar “adequada” (FONSECA, 1995), reflexo do modelo burguês de família nuclear e, segundo, de que toda e qualquer aproximação que se faça entre dinheiro, transações econômicas e relações pessoais, íntimas e familiares, é feita no sentido de corromper estas últimas (ZELIZER, 1989, 2009). Em contrapartida, as crianças, que são elas mesmas filhas de emigrantes, veem que suas famílias são diferentes das outras, mas não pensam que as suas são disformes, desestruturadas, não pensam em termos de uma falta e sim de uma diferença – fazem parte de uma configuração familiar outra que se sustenta no contexto transnacional durante anos; por mais que seus pais se divorciem ao longo desse processo, são raros os casos em que os filhos perdem o contato completamente com aquele que está no exterior. Portanto, dessa maneira, os filhos da migração transnacional valadareense conjugam a ausência dos pais com os presentes que recebem – seus pais ausentes se fazem presentes através do dinheiro que enviam aos parentes que os cuidam; das caixas recheadas de brinquedos, roupas, material escolar, que recebem regularmente; dos presentes que ganham quando se comportam bem. Os pais ausentes constroem suas presenças na vida de

seus filhos por intermédio dos presentes; assim, a realidade, as reestruturações familiares dessas crianças, filhas de emigrantes, fundamentam-se na afirmação de que, embora possa parecer contraditória etimologicamente, é convergente quando observamos Governador Valadares: são pais ausentes, presentes através dos presentes.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALDASSAR, L. Transnational families and the provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, London, Routledge, v. 14, n. 4, p. 385-409, Jul. 2007.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 223-241, 2004.

_____. Apresentação. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

FONSECA, C. *Nos caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

FORTES, M. *Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília: UnB, 1974. (Textos de Aula, Antropologia 6).

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: _____ (Org.). *Towards a transnacional perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

MACHADO, I. J. R. Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2006. 1 CD-ROM.

_____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5–26, 2010.

MACHADO, I. J. R.; SILVA, C. R.; KEBBE, V. H. Notas sobre a família transnacional. *REMHU*, Brasília, v. 30, p. 79–98, 2008.

MENDONÇA, J. M. P. *Um presente especial*. Governador Valadares: Univale, 2008.

PANAGAKOS, A. N. Recycled odyssey: creating transnational families in the Greek diaspora. *Global Networks*, v. 4, n. 3, p. 299–311, 2004.

PIRES, F. F. *Quem tem medo de mal-assombro?* Religião e Infância no semi-árido nordestino. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROUSE, R. Making sense of settlement: class transformation, cultural struggle, and transnationalism among Mexican migrants in the United States. In: GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. (Ed.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York Academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I e II). *Mana: Revista de Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1–2, 1997.

SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

TOREN, C. Making History – The significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. In: _____. *Mind, materiality and history: explorations in Fijian ethnography*. New York: Routledge, 1999.

ZELIZER, V. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. *American Journal of Sociology*, Chicago, Chicago University Press, v. 95, n. 2, p. 347, Sep. 1989.

_____. Dualidades perigosas. *Mana: Revista de Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009.